

Inquérito Civil n. 06.2022.00002071-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Apurar a prática, em tese, de danos morais coletivos pela apologia pública ao crime de maus tratos contra animais domésticos (artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais) em publicação no Facebook.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça em exercício na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE GUSTAVO HENRIQUE NETTO**, inscrito no CPF sob o n. 088.471.369-54, RG n. 5.679.243, residente e domiciliado na Rua José Scheid, n. 892, bairro Centro, em São Bernardino/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00002071-2, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e artigos 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos, a incluir a tutela do direito social à saúde (artigos 127, *caput*, e artigo 129, inciso III, c/c artigo 6, todos da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública com o objetivo de proteger, prevenir e reparar os danos causados ao meio ambiente, bem como, outros interesses difusos coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, conforme preceitua o artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Lei n. 8.625/93 e o artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85 – Ação Civil Pública;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º, *caput*, da Lei n. 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado

prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que a a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a esta Promotoria de Justiça prestou atendimento no qual foi comunicada acerca de um comentário no site *Facebook* feito pelo COMPROMISSÁRIO, o qual fazia apologia ao crime de maus tratos contra animais domésticos.

CONSIDERANDO que o artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/1985 – Ação Civil Pública dispõe que o Ministério Público pode celebrar termo de ajustamento de conduta com os interessados, com força de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO a disponibilidade que o COMPROMISSÁRIO demonstra para regularizar a atividade.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª: O objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta consiste em:

i) suposta prática de danos morais coletivos pela apologia pública ao crime de maus tratos contra animais domésticos (Artigo 32, da Lei de Crimes Ambientais)

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: Para resolver o problema proveniente do comentário feito na rede social e a prática da apologia ao crime de maus tratos, o COMPROMISSÁRIO assume as seguintes obrigações:

1) Como medida ressarcitória:

- i) publicar postagem na mesma rede social (*Facebook*), com uma mensagem dando conta que maus tratos praticados contra animais é crime, nos termos do art. 32 da Lei n. 9.605/98;
- ii) manter a mensagem permanentemente em seu perfil, ficando ciente de que não deverá excluir a mensagem;

2) Como medida pedagógica:

- i) prestação pecuniária no valor de 2 (dois) salários mínimos, totalizando o montante de R\$ 2.424?,0 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais), a ser destinado para 2 (duas) instituições, ou seja, 1 (um) salário mínimo para cada, nos seguintes termos:

i.i) 1 (um) salário mínimo ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (art. 13 da Lei n. 7.347/85 e art. 29 do Ato n. 395/2018/PGJ);

i.ii) 1 (um) salário mínimo para a Associação Protetores Independentes de Animais Francisco de Assis - PIA (Pessoa Jurídica prejudicada), através de depósito bancário na conta: Banco Sicoob 756, Agência 3076, Conta Corrente 39.156-5.

i.ii.i) Fica estabelecido que a destinação da prestação pecuniária para a ONG será revertida para a compra de sacos de rações para os animais abrigados.

§1º A obrigação que se refere ao item "1)", "i)" será considerada cumprida através do envio, pelo COMPROMISSÁRIO, de cópia da postagem na rede social.

§2º A obrigação que se refere ao item "1)", "ii)" será fiscalizada periodicamente pela Equipe da Promotoria.

§3º. A obrigação que se refere o item "2)" será considerada cumprida após o COMPROMISSÁRIO enviar os comprovantes de pagamento da prestação pecuniária para o *WhatsApp* da Promotoria de Justiça (telefone: (49) 99200-4489).

§4º. A equipe da Promotoria de Justiça enviará os boletos para pagamento.

§5º. O pagamento será em 1 vez.

§6º A primeira parcela vencerá no dia **18/08** de 2022 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

§7º. O Compromissário enviará o comprovante de pagamento no prazo de 1 (dia) útil após o vencimento do prazo.

§8º. A destinação do determinado no item "2)" "i.ii.i)" será comprovada mediante fiscalização direta pelo Ministério Público.

4 DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: O descumprimento de qualquer item das cláusulas anteriores implicará em multa diária no patamar de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma das infrações, cumulativamente, ou multa de R\$ 2.000,00, a critério do Ministério Público.

Parágrafo único. As multas reverterão ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) (art. 13 da Lei n. 7.347/85 e art. 29 do Ato n. 395/2018/PGJ).

5 DA EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

Cláusula 5ª: A inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima pelo COMPROMISSÁRIO facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

6 DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMITENTE

Cláusula 6ª: O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

7 DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 7ª: O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o COMPROMISSÁRIO de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

8 DA REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

Cláusula 8ª: COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

9 DO FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula 9ª: Elegem COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente Termo.

10 DA POSSIBILIDADE DE PROTESTO

Cláusula 10ª: O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, inciso V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de

sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o qual será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Nada mais.

São Lourenço do Oeste, 19 de julho de 2022.

[assinado digitalmente]

MATEUS MINUZZI FREIRE DA
FONTOURA GOMES
Promotor de Justiça

GUSTAVO HENRIQUE NETTO
Compromissário